

ARTIGO - 4. AS PERSPECTIVAS DA CONSERVAÇÃO DESDE O SUL
GLOBAL: PATRIMÔNIO PARA TODOS: DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL /
REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO: NARRATIVAS PLURAIS E MEMÓRIAS
SILENCIADAS / NOVAS PERSPECTIVAS E ABORDAGENS NA GESTÃO,
VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.

**DINÂMICAS DE REAPROPRIAÇÃO TERRITORIAL: LEITURAS
DECOLONIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS EM BENTO RODRIGUES/MG**

Ana Maria Martins Da Costa (mariamartins.c@gmail.com)

Beatriz Marci Fagundes (beatriz.fagundes@aluno.ufop.edu.br)

Clara Ribeiro Do Vale Teixeira (clara.texeira@aluno.ufop.edu.br)

Michele Rosa Andrade Cruz (michele.cruz@aluno.ufop.edu.br)

O artigo analisa as dinâmicas de reapropriação territorial e práticas de resistência dos moradores de Bento Rodrigues, distrito de Mariana (MG), após o rompimento da barragem de Fundão em 2015, um dos maiores desastres do Brasil. A investigação, qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica e documental, articulando conceitos de decolonialidade, território, pertencimento e emoções patrimoniais. O objetivo é compreender como a destruição do território e o deslocamento compulsório afetaram identidades, memórias e formas de luta por justiça e reconhecimento.

O texto traça a história de Bento Rodrigues desde o século XVII, ressaltando práticas culturais, religiosas e produtivas como bases de uma identidade coletiva enraizada no território. O rompimento devastou a comunidade, destruindo quase todas as residências e impondo deslocamento forçado,

instaurando desterritorialização e apagamento institucional. As perdas materiais somaram-se à ruptura dos laços sociais e ao sofrimento psíquico, agravados pela falta de políticas de reparação e valorização da memória local. O artigo evidencia os silenciamentos institucionais, como o controle narrativo e a lentidão da Fundação Renova, responsável pela reparação, reforçando a marginalização das vozes dos atingidos.

Diante disso, os moradores mobilizam práticas coletivas de resistência, como festas religiosas (exemplo: São Bento), ressignificação de objetos, ocupações simbólicas nas ruínas, atuação de movimentos sociais (sobretudo o Movimento dos Atingidos por Barragens) e produção de contra-narrativas, como o jornal A Sirene. Essas ações sustentam memória e identidade, promovendo pertencimento mesmo na dispersão. O artigo ressalta que a reconstrução transcende a restauração material, situando-se em disputas simbólicas e políticas pelo direito ao território, à memória e à justiça.

Os conceitos de territorialidade e identidade coletiva evidenciam a centralidade das práticas culturais e afetivas na reconstrução dos vínculos. A reapropriação dos espaços devastados emerge como ato de resistência essencial para afirmar a continuidade histórica da comunidade. O texto problematiza o reassentamento no “Novo Bento”, dissociado do território original, que reforça esvaziamento simbólico e dificulta a recomposição dos laços identitários. Aponta a relevância dos Princípios Pinheiro e de políticas integradas, defendendo o protagonismo dos atingidos nas decisões futuras.

Conclui-se que a experiência de Bento Rodrigues aponta a necessidade de reparações que incluam não apenas dimensões materiais, mas também simbólicas, afetivas e históricas. A luta por justiça territorial é, antes de tudo, luta pelo direito de existir, lembrar e pertencer, contribuindo para aprofundar o debate sobre reparação, memória coletiva e decolonialidade em contextos de violações massivas.

Palavras-chave: desterritorialização; pertencimento; emoções patrimoniais; rompimento de barragem; bento rodrigues.